



MAPA RESUMO DAS DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA NA REUNIÃO DE CÂMARA DE 17/03/2023

ORDEM DE TRABALHO	DELIBERAÇÃO
05. Alteração permutativa aos documentos previsionais	Deliberado por QUATRO VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO , do Sr. Vereador Carlos Faria, aprovar a 6.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa Efetiva, no valor 62.500,00 € (sessenta e dois mil e quinhentos euros). Os reforços e diminuições da Despesa Corrente foram no valor de 10.000,00 € (dez mil euros) e os reforços e diminuições da Despesa de Capital foram no valor de 52.500,00 € (cinquenta e dois mil e quinhentos euros).
06. Pedido de emissão de Parecer – Prova desportiva de BTT (Transportugal)	Deliberado por UNANIMIDADE , tendo em conta os Pareceres emitidos pelas respetivas Juntas de Freguesia, ao abrigo do Decreto-Regulamentar n.º 2 - A/2005, de 24 de março, emitir parecer positivo à passagem da Prova de BTT "TRANSPORTUGAL MTB 2023", no dia 11 de maio, na área de jurisdição do Município, conforme percurso apresentado, devendo ser respeitado o Parecer Técnico, do qual a empresa Extreme Discovery, Lda. deverá ser notificada.
07. Constituição de caixa para o Leitor/Cobrador (Substituto)	Deliberado por UNANIMIDADE , nos termos da alínea b), do ponto 4, do art.º 61.º das Normas de Controlo Interno, atribuir o caixa ao funcionário Luís Manuel de Almeida Marques no valor de 50€, nas faltas ou impedimentos e sempre que justifique a substituição do funcionário Joaquim António Ribeiro Mendes, considerando-se sem efeito o caixa atribuído ao funcionário Nuno Miguel Alfaia Alves, em Reunião de Câmara de 06/01/2023.
08. Candidatura IEFP – Medidas de Apoio ao Emprego	Deliberado, por UNANIMIDADE , aprovar a candidatura ao Contrato Emprego Inserção + para 1 pessoa, para a área de Limpeza e Conservação de Espaços Públicos, pelo período máximo de 12 meses, de acordo com o programa CEI+.



09. Dignidade – Avaliação da situação de beneficiário ao programa ABEM

Deliberado, por **UNANIMIDADE**, manter o apoio na compra de medicamentos à família de Ilda Pereira, bem como autorizar a adesão dos netos, ao abrigo do disposto na alínea u), do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

10. Subsídios às Associações no âmbito do Regulamento M. de Apoio ao Associativismo

Deliberado, por **UNANIMIDADE**, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo e da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a proposta de atribuição dos subsídios, no valor de 47.050,00 €, acrescidos de 2.000,00 € atribuídos às Comissões de Festas para realização das festas populares e 10.000,00 € para apoio à realização de Obras de Escassa Relevância, perfazendo assim, o valor global de 59.050,00 €.

11. Subsídios nos termos dos Regulamentos Sociais

Deliberado, por **UNANIMIDADE**, ao abrigo do disposto no artigo 13.º, conjugado com o n.º 3, do art.º 15.º, do Regulamento Municipal de Apoio à Fixação de Jovens e Famílias, atribuir um subsidio mensal a Tânia Lorena Fonseca Alves Quintas e Marílio José Junqueira Quintas, durante um ano, para comparticipação do valor da renda, no montante de 262,50 € (duzentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos), a ser pago de acordo com o respetivo regulamento.

13. Aquisição de um autocarro para transporte escolar – Aprovação da adjudicação e da minuta do contrato

Deliberado, por **UNANIMIDADE**, o seguinte:

1. Adjudicar a "Aquisição de um Autocarro para Transporte Escolar" à empresa "Evobus Portugal, SA", pelo valor da sua proposta, ao abrigo do disposto na alínea f) do artigo 33.º do Anexo I a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do artigo 73.º, o art.º 76.º e o n.º 1 do art.º 36.º todos do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, revisto pelo Decreto-Lei n.º 111-8/2017, de 31 de agosto, conjugado ainda com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do DL n.º 197/99, 8 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da Republica n.º 86/2011, de 11 de Abril e aplicável por remissão do n.º 1 do art.º



	14.º do Decreto Preambular do DL n.º 18/2008, de 29 de Janeiro; 2. Aprovar a minuta de contrato a celebrar do fornecimento em causa, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP e ao abrigo do disposto na alínea f) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
14. Constituição de compropriedade	Deliberado, por UNANIMIDADE, emitir Parecer Favorável à constituição das compropriedades solicitadas, em nome de Humberto Sequeira, Advogado, na qualidade de mandatário de Maria Luísa Dias Pereira Carmona, nos termos indicados pelo requerente, chamando, no entanto, a atenção para o facto de não se conferirem quaisquer direitos específicos ou reconhecimento de legitimidade no caso de se pretender a compropriedade para eventuais construções futuras ou fracionamentos desconformes com o disposto no Código Civil.
16. Alteração do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vila Velha de Ródão – Aprovação prévia e início de discussão pública da proposta	Deliberado, por UNANIMIDADE, o seguinte: 1. Validar a proposta consolidada de revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vila Velha de Ródão; 2. Dar início a um período de discussão pública de 30 dias, nos termos do disposto no n.º 8, do art.º 7.º, do anexo à Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio, da Comissão Nacional de Proteção Civil.